

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Memória-ata da 15ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Data: 30 de novembro e 1º de dezembro de 2006

Local: Brasília - DF

Participantes: : Adelaide Laís Parente Brasileiro, Célio da Cunha, Daniel Vaz Freire, Débora Pinto Niquini, Edna Castro de Oliveira, Eliene Novaes Rocha, Heleno Manoel G. Araújo Filho, Justina Iva de Araújo Silva, Maria Cristina Vargas, Sandra Denise Pagel, Sérgio Haddad e Timothy Denis Ireland. Participaram também da reunião a Coordenadora-geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, Cláudia Veloso Torres do Amaral, o Coordenador-geral de Alfabetização, Tancredo Maia Filho, e a assessora do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Adriana Pinto Rodrigues.

- 1) Pauta:
 - a. Participação do Secretário da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ricardo Henriques.
 - b. PROEJA.
 - c. Avaliação do trabalho da CNAEJA e da política pública de EJA.
 - d. Informes:
 - i. Programa Brasil Alfabetizado
 - ii. Seminário Diferentes Diferenças: Educação, Equidade e Desenvolvimento.
 - iii. Coleção: Trabalhando com a EJA
 - iv. VI CONFINTEA – 2009
 - v. Conferência Mundial de Educação Prisional - 2008
 - e. Livro: “Você e a Constituição: 33 temas para conhecer os seus direitos de cidadão” – Parecer da Comissão
 - f. Audiências sobre Educação de Jovens e Adultos junto ao CNE:
 - i. Parâmetros de **idade** para a Educação de Jovens e Adultos
 - ii. Relação **Educação a Distância** e Educação de Jovens e Adultos
 - iii. A questão da **certificação** na Educação de Jovens e Adultos
 - g. Educação Prisional
 - h. Encaminhamentos e proposições da CNAEJA para o próximo governo

- 2) Timothy Denis Ireland abriu a sessão com os seguintes registros:
 - a. A reunião terá início com a participação do Secretário da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD.
 - b. Apresentou desculpas em nome do Prof. Célio da Cunha, da UNESCO, tendo em vista a coincidência de horários entre esta reunião e a de

representantes das cátedras da UNESCO, que está ocorrendo aqui em Brasília.

c. Registrou a ausência dos representantes dos segmentos indígena e étnico-racial, da educação ambiental e do CONSED.

3) Participação do Secretário da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ricardo Henriques:

a. Disse que, do ponto de vista concreto e simbólico, essa reunião tem um peso parecido com a primeira reunião que fizemos depois de ter, o Ministro Tarso Genro assumido o Ministério.

b. Acredita que o cenário é promissor, que existe uma constituição política de continuidade e de aprofundamento das agendas vigentes.

c. Como última reunião e fechamento de mandato, temos um momento para fazer um balanço e apresentar perspectivas.

d. Com relação às perspectivas, a questão da continuidade nos dá um horizonte razoável de trabalho, inclusive, nesse contexto, discutiremos, em audiências públicas, no início de 2007, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, certificação, educação a distância e idade na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

e. Ressaltou os importantes movimentos realizados neste período.

i. No campo da política: a capacidade de trazer, de forma real e não simplesmente de desempenho ou retórica, na agenda de formulação, de acompanhamento e de implementação de toda a política de EJA, a interlocução com os vários segmentos que vêm, historicamente, trabalhando com os temas. Tanto a interlocução direta com a CNAEJA, que tem representações setoriais, da militância da EJA, da estrutura dos movimentos sociais, dos trabalhadores da educação, das estruturas formais da UNDIME, como a relação com os fóruns de EJA, que passou a ser uma relação regular, permanente, estável, dentro do que estamos discutindo, como com outros interlocutores institucionalizados, como, por exemplo, os congressos regulares da área de EJA. Conseguiu-se dar um passo importante do ponto de vista da construção desse campo de interlocução política numa vocação de política de Estado, em que o diálogo, com todos os seus conflitos, é um instrumento real e importante de condução da política.

ii. Disse que, para além disso, será necessário enfrentar, para esse ganho, alguns elementos-chave, e alguns são mais ou menos controversos:

1. Não está na pauta explicitamente, mas deverá ser discutido neste final de ano e no próximo ano, como, no FUNDEB, entrará a EJA.

2. É muito importante a condição da SECAD ter essa interlocução qualificada na Comissão para ter mais pulso sobre como conduzir essa discussão que será a de regulamentação de todo o sistema, em particular a EJA, sabendo todos os desafios que temos com outras

modalidades, com todos os campos tradicionalmente colocados em plano secundário frente a outros.

3. Outro ponto importante que deveria ser objeto de discussão pela Comissão, nosso maior desafio, é o enfrentamento da redução do analfabetismo. Temos dois efeitos significativos acontecendo nos últimos anos:
 - O efeito real, inquestionável, do aumento da quantidade de pessoas em alfabetização. A PNAD – Pesquisa por Amostra de Domicílio apresenta em seu relatório que a frequência de pessoas em alfabetização a partir do Programa Brasil Alfabetizado aumentou em torno de 50%. Pela PNAD estávamos numa faixa de atendimento anual em torno de um milhão de pessoas e passamos a ter uma faixa anual em torno de 1,5 milhão, um milhão e seiscentas mil pessoas.
 - O efeito de mobilização por parte do Programa Brasil Alfabetizado: a queda da taxa de analfabetismo mantém o seu ritmo histórico e esse esforço enorme em mobilização não se traduziu em aceleração na redução do analfabetismo. Obviamente que estamos tendo como referência o indicador da PNAD.
- iii. Colocou para os membros presente à reunião sobre a necessidade de uma discussão no interior da Comissão os redesenhos possíveis para o Programa Brasil Alfabetizado: aprofundar os elementos, retirar outros, colocar novos. Outra questão do redesenho é como contribuir para a continuidade da alfabetização e EJA, na medida em que EJA migra para dentro do FUNDEB.
- iv. Do ponto de vista conceitual e da implantação da política pública, temos duas inovações que se fazem necessárias:
 1. Pela mudança institucional, sistema de financiamento.
 2. Continuidade dos baixos impactos, diante da nossa métrica, quanto ao analfabetismo absoluto
- f. CONFITEA: avançamos muito na construção idéia da CONFITEA vir para o Brasil, é uma inovação forte no campo da política.
- g. Educação prisional: toda a nossa discussão em torno deste tema sinaliza realmente a posição de vanguarda do Brasil na agenda da discussão de ação prisional. Fomos, talvez, o principal ator responsável pelo aumento da probabilidade de que a Conferência Mundial de Educação Prisional ocorra efetivamente em 2008, isto de acordo com a avaliação do escritório do Adama, de Hamburgo.
- h. Convite:
 - i. Participarem do Seminário “Diferente Diferenças – Caminhos para uma educação de qualidade para todos”, maior evento do conteúdo da SECAD, a realizar-se na próxima semana, de segunda a sexta-feira.

- 4) Timothy Denis Ireland:
- i. Apresentação do novo desenho do ProEJA:
 1. O ProEJA começou com um desenho e, agora, está com um desenho mais amplo.
 2. Inicialmente era só ensino médio e agora passou para o segundo segmento do ensino fundamental.
 3. A Prof^a Jaqueline não poderá vir. Teremos, então, o Prof. Dante, do Rio Grande do Sul para fazer a apresentação e posterior discussão do ProEJA.
 - ii. Queria dedicar a última parte do dia para iniciar a avaliação do trabalho da Comissão e da política pública.
 - iii. Amanhã, quando houver uma proposta, a Comissão poderá elaborar um documento colocando no papel algumas proposições para próximo governo.
 - iv. Antes da apresentação do Prof. Dante, apresentou alguns pontos sobre a questão do redesenho do Programa Brasil Alfabetizado:
 - v. Apresentada em Recife, a idéia de o PBA não ser mais um ano e sim um mais dois.
 - vi. A idéia central é manter a mesma característica do PBA no primeiro ano e tentar garantir que os egressos do programa tenham continuidade quase que obrigatória para mais dois anos.
 - vii. O PBA terminaria sendo o primeiro segmento do ensino fundamental.
 - viii. A característica da mobilização teria um avanço pois a alfabetização passaria a fazer parte de uma política maior que é educação de jovens e adultos, não se pode separar as duas coisas.
 - ix. Uma das dificuldades encontradas ao longo destes últimos dois anos e meio é como conseguir emplacar este conceito mais amplo da alfabetização, que vai além do Programa Brasil Alfabetizado.
 - x. O redesenho visa a garantir a continuidade dos estudos após a alfabetização.
 - xi. Em todas as avaliações feitas sobre o PBA, temos alguns questionamentos recorrentes, como por exemplo:
 1. A bolsa e os sete reais por aluno. O recurso vem em duas rubricas, duas linhas de financiamento, e não há como remanejar recursos entre uma coisa e outras, ou para outros elementos.
 2. A necessidade do supervisor, alguém que acompanhe o alfabetizador na sala de aula, alguém muito próximo que faça visitas, faça a formação, faça a mediação entre a coordenação-geral de um projeto e o aluno em sala de aula.
 3. A importância de se considerar as diferenças regionais
 4. Há uma série de questões que, a partir da experiência de cada um, todos que militam no campo da EJA, têm avaliações e experiências que podem ser de grande valia neste momento. Por isso, este é o momento de aprofundar a discussão em torno do PBA para definirmos elementos, que com o apoio da

- CNAEJA, possam orientar o pensamento do redesenho do programa, bem como as ações do próximo governo.
- b. Intervenções da representante da CONTAG, Eliene Novaes Rocha:
 - i. Necessidade de discutir duas questões:
 - ii. Questão do orçamento: em uma reunião da Comissão Setorial que está discutindo o orçamento do Ministério da Educação, no Congresso, foram apresentados alguns dados sobre os programas e as rubricas destinadas à educação, no MEC, temos uma redução de quase 47% dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado, em relação à 2006/2007.
 - c. Participação da representante da UNDIME, Justina Ivã de Araújo Silva:
 - i. A questão é que não poderia haver nenhuma redução, qualquer prejuízo para o ensino fundamental.
 - ii. Como uma surpresa, temos uma redução de 25% no orçamento de 2007. O número de analfabetos irá aumentar, tendo em vista que se o que tínhamos era insuficiente, com o corte a situação ficará pior.
 - d. Participação de Eliene Novaes Rocha:
 - i. Poderíamos começar a pensar a questão do orçamento dentro deste universo de estratégias.
 - ii. Outra coisa seria incluir nas discussões do PBA alguns referenciais como princípios que ajude no debate da formação dos educadores que estão na ponta.
 - iii. Apesar das diversidades regionais é possível ter, em linhas gerais, princípios metodológicos, didáticos e pedagógicos.
 - e. Participação de Justina Ivã de Araújo Silva:
 - i. Preocupação com a redução dos recursos para a educação
 - f. Participação da representante dos Fóruns EJA, Edna Castro de Oliveira:
 - i. Retomou a síntese da reunião da Comissão, realizada em Fortaleza, quando discutiu-se a questão do valor *per capita* da Educação de Jovens e Adultos e a preocupação quanto ao baixo valor destinado.
 - ii. Colocou as seguintes questões:
 1. Como pensar em propostas para prosseguimento e continuidade até nessa pesquisa do redesenho ?
 2. Até que ponto deve-se tomar a tarefa de propor, conjugada à arregaçar as mangas, para, então, ver como fazer com que essa posição ganhe força e consiga realmente falar e sensibilizar àqueles que estão como os responsáveis para rever estes valores.
 3. Sabemos, como princípio de financiamento da educação básica, a defesa do direito à educação. Não existe garantia de direito à educação sem financiamento que a garanta.
 4. Sugeriu que, diante da contradição colocada, a Comissão buscasse caminhos para proposições relativas a esta questão.
 - g. Participação de Adelaide Laís Parente Brasileiro:
 - i. No início do Governo Lula, o MOVA tinha uma grande preocupação que o desenho do Programa Brasil Alfabetizado tivesse uma cara de campanha.

- ii. Nesses quatro anos houve avanços, mas ainda falta planejamento para garantir a continuidade dos estudos, pois são: oito meses, quebra; oito meses, quebra; ...
- iii. Formação:
 - 1. Na inicial temos quarenta reais para os custos da formação, mas o professor que está em sala não recebe nada.
 - 2. Na continuada, o valor de 10 reais para a formação de cada professor é insuficiente.
- iv. Quando vamos começar a entender que alfabetização de jovens e adultos é extremamente séria. São pessoas excluídas que começaram a ter esperança de novo.
- v. Assessor pedagógico: como os recursos do programa não são suficientes, fizemos outro convênio com a Petrobrás para garantir esta figura. Sem o assessor pedagógico fica difícil o trabalho de professores que trabalham em turmas isoladas, longe umas das outras, onde não é possível dialogar sem uma pessoa para assessorar, para acompanhar.
- vi. Precisamos rever este modelo e entendê-lo como EJA.
 - 1. É necessário que o nosso professor tenha formação continuada
 - 2. É necessário que a formação do aluno da EJA seja continuada
 - 3. Com a perspectiva de três anos, espero que se possa fazer um planejamento para este período, sem quebras.
 - 4. Os sete reais pagos ao professor por aluno em sala de aula criam um grande problema, pois tem professor que vai atrás de aluno somente para garantir os sete reais, inclusive saindo de porta em porta para pegar assinatura. Precisamos ser mais rigorosos. É preciso alfabetizar de verdade.
- h. Participação de Maria Cristina Vargas:
 - i. Somos desde o início parceiros do Programa Brasil Alfabetizado.
 - ii. Recorrentemente nas reuniões da Comissão são feitas as mesmas avaliações do programa, sempre são os mesmos pontos.
 - iii. Num processo de avaliação, penso que a questão do recurso, do orçamento destinado a EJA, impede qualquer sonho um pouco mais ampliado.
 - iv. Tentamos esforçar-nos no sentido de contar quais são os limites, as possibilidades que poderiam vir a contribuir para um novo desenho. Ao vermos a impossibilidade, sempre há discussão, mas o dinheiro que temos é esse. Pode até mudar o desenho, mas o recurso é esse.
 - v. No próprio movimento, insistimos, mas o povo questiona mesmo. No último relatório colocamos muitas falas dos educadores, dos coordenadores para ver que é uma discussão que vem lá da base, de quem está fazendo o trabalho.
 - vi. Acredita que estamos perdendo, a exemplo de outros países da América Latina, uma grande oportunidade para massificar a alfabetização nesse governo. Como também massificar o estímulo à leitura. Foram feitos alguns esforços mais do que em outros

- governos, mas a expectativa era maior. É bom registrar isso para ver se conseguimos, a cada ano, dar um passo a mais, pelo menos.
- vii. Quem percorre os estados percebe pelos relatos que essa questão dos educadores passarem de porta em porta é fome de muita coisa. Como se lida com isso? Pensamos somente em fiscalizar, mas não em como resolver o problema.
 - viii. Como registro, em uma jornada de educação pela reforma agrária, no Paraná, onde estiveram reunidos três mil educandos do movimento, dos vários níveis, tivemos a formatura de uma quantidade desses educandos que foram envolvidos no Brasil Alfabetizado e que, neste ano, foi possível viabilizar a certificação de uma parte deles.
 - 1. Um detalhe que chama a atenção é que de 300 formandos, 80 tinha entre 17 e 18 anos. Pensem isto numa realidade de um estado no sul do Brasil. É essa a seqüência que nunca vai diminuir se não entrarmos com uma responsabilidade maior nesse processo.
 - ix. Sugere que o MEC deveria esforçar-se para abrir espaços a movimentos que ainda não estão envolvidos neste trabalho e que têm potencial de mobilização.
 - x. Disse achar importante reforçar essas questões que já foram colocadas várias vezes pelos membros da Comissão. Entende que está faltando motivação aos membros da Comissão para avaliar se as questões que estão sendo debatidas nas reuniões estão tendo avanços significativos no campo da ação específica.
 - xi. Diz sentir-se desestimulada com os resultados das reuniões porque se fala, fala e não há impacto visível na ponta, e isto é desgastante porque, como se lida com os demandantes na ponta, há uma cobrança imensa por resultados práticos.
- i. Participação de Daniel Vaz Freire:
 - i. Um outro avanço a se registrar é a aproximação da temática de educação de jovens e adultos aos movimentos de juventude.
 - ii. O Conselho Nacional de Juventude teve uma reunião especial para discutir esta temática e formas de participação dos movimentos de juventude nesse processo. Não conseguimos caminhar mais, entretanto há uma plataforma sendo definida. Espero que no primeiro semestre de 2007 possamos ter algumas iniciativas no sentido de realmente conseguir o envolvimento de alguns setores.
 - iii. A discussão de como ampliar a efetividade do Brasil Alfabetizado e das ações nesse campo, parece-me que a sociedade brasileira precisa começar a ter vergonha de ter analfabetos no país. Evoluo no sentido de como fazer. Há um exemplo do nosso vizinho, um país com menos potencial que o Brasil para fazer uma grande campanha, mas a Venezuela conseguiu um avanço considerável nessa questão. Há o exemplo da Missão Robson. Não seria o caso de conhecer um pouco essas experiências exitosas? Diz conhecer o oficial da experiência.
 - iv. Há um outra política do Ministério da Educação que o ProUni. Como sugestão, não seria possível juntar esse jovens que recebem o

benefício do programa para que tenham participação em algum tipo de ação social? Que o analfabetismo comece a incomodar a sociedade. Podemos, de repente, ajudar a mexer a universidade. A universidade tem tudo para ajudar muito mais do que contribui atualmente.

- j. Participação de Heleno Manoel G. de Araújo Filho:
 - i. Concorda com as colocações da Cristina e do Daniel, mas expressa também um pouco dessa angústia de não envolver a sociedade na busca para resolver essa questão.
 - ii. Os legisladores e o Poder Executivo colocam sempre na legislação um período de dez anos para erradicar o analfabetismo no Brasil. Passam-se os dez anos, mudam a lei, e vai-se mais dez anos.
 - iii. Não entende como não conseguiram, mesmo tendo espaço no MEC, CONSED e UNDIME, ter um processo de planejamento que efetivamente traga para o poder público essa ação e coloque isso na mídia para envolver a sociedade na questão da alfabetização.
 - iv. Além do ProUni, temos, também dentro do MEC, o Pró-Jovem, que paga aos jovens para poder estudarem. O que poderia ser feito em contrapartida social nesse processo de construção de mapeamento por município desse país onde estão os analfabetos?
 - v. Estudantes do ensino médio: como envolver o estudante que estuda durante o dia, manhã ou tarde, no processo de participação de localizar e de construir um processo para podermos banir de vez o analfabetismo do país.
 - vi. O discurso fica muito voltado em valores que serão alocados. Parece que é mais para pegar os recursos do que resolver a questão
 - vii. Tem-se que construir um programa, um processo diferente.
- k. Participação de Sandra Denise Pagel:
 - i. Acredita que não somente para o Programa Brasil Alfabetizado, mas para a EJA como um todo, deveria-se buscar uma grande articulação, como o ensino básico tenta fazer nos municípios. Isso porque nos municípios vão cinco, seis assistentes sociais, mas uma é da educação, outra da saúde
 - ii. Entende que o MEC tem uma concepção muito bem definida, independente de suas secretarias, que é a defesa do direito à educação, uma concepção de sujeitos de direitos que têm temporalidades de vida, ciclos de vida. E, a partir dessa caracterização e desse direito, o grande questionamento é o que as áreas do conhecimento têm a contribuir para esse desenvolvimento humano.
 - iii. Considera muito sério que o ensino fundamental, que hoje tem 97% de atendimento, produza fracasso escolar e fique empurrando esses adolescentes e jovens para a EJA.
 - iv. Como poderia ser realizada uma articulação colocando essas questões?

1. Por que está todo mundo fazendo sua discussão dentro da sua etapa de ensino, da sua especificidade, sem uma articulação maior?
 - v. Considera que é isto a CNAEJA e outras comissões têm possibilidade de articular-se para construir um projeto mais integrado, buscando construir efetivamente uma política pública educacional de direito.
- I. Participação de Sérgio Haddad:
- i. Apresentou explicações por suas ausências anteriores.
 - ii. A discussão é de natureza política, não é um tema de natureza técnica, financeira, porque estão em cima da mesa há muito tempo.
 - iii. O tema de natureza política é que, de fato, não basta vontade política se não operarmos como pressão social que não é o que ocorre na Comissão. A Comissão não opera como pressão social. A Comissão, no máximo, leva para a ata nossas posições.
 - iv. Esse governo deu um sinal, desde o princípio, muito claro ao trazer a alfabetização para o núcleo central, recuperar a educação de adultos como uma educação que é de direito, portanto, deveria estar no MEC, deveria ser prioridade, deveria ser algo que o governo tem como núcleos importantes na sua política.
 - v. Novamente estamos ouvindo que desenvolvimento e distribuição de renda e educação são as três prioridades para o próximo mandato. E somos surpreendidos que a prioridade tem menos recursos, quando deveria ter mais recursos.
 - vi. Aprendemos, no primeiro mandato, que nada muda sem pressão. Temos que ajudar o governo a empurrar aquilo que é fundamental para a justiça social neste país.
 - vii. Entende que os fóruns de EJA de fato cresceram muito e foram importantes sob o ponto de vista da constituição de direitos, mas ele é muito pouco operativo para exercer pressão social e garantir o direito, como em outras áreas conseguimos realizar de maneira mais efetiva, por exemplo, na área da saúde, na área da reforma urbana, em outras áreas onde o movimento tem força social para fazer mudanças
 - viii. A EJA não tem uma força efetiva de pressão, ela é muito tênue.
 - ix. A sociedade está muito mais afeita à educação infantil, à educação fundamental do que propriamente à EJA que é sempre secundária, não só para a população, mas para os governos de uma maneira geral.
 - x. Não há surpresas em relação à PNAD, sabemos que não existe mágica para ser feita.
 - xi. Considera que oito meses são insuficientes para se alfabetizar uma pessoa.
 - xii. A mobilização é o primeiro passo e vê com muito bons olhos o fato de está se pensando em três anos.
 - xiii. Em primeiro lugar é preciso ter uma resposta quanto aos recursos, em segundo lugar se esses recursos são para os três anos. Tem-se

- uma oportunidade efetiva com relação ao FUNDEB, uma oportunidade de se criar um sistema de educação de adultos no país que garanta a continuidade em sistema escolares.
- xiv. É favorável á mobilização na ponta por um ou dois anos, mas a continuidade tem que se dar em sistema, e sistema significa escola, professor, salário, contrato, etc.
 - xv. Com relação ao FUNDEB, qual a perspectiva do governo de um impacto na EJA. Quando se fala em diminuição de recursos, estão falando em diminuição do que efetivamente?
 - xvi. A Comissão, sem pressão de fora para dentro, não conseguirá absolutamente nada. Conseguirá apenas fazer relatório e ata de reunião.

m. Participação de Ricardo Henriques:

- i. Disse não saber da informação de redução de 25% no ensino fundamental. Como não faz parte do desenho orçamentário, não participou diretamente disso.
- ii. Disse não haver redução de recurso para a alfabetização. Na verdade pode-se entender em aumento de recurso para a alfabetização.
 - 1. Orçamento em 2006 são 220, 230 milhões para a alfabetização e 460, 470 milhões para o Fazendo Escola.
 - 2. Com o FUNDEB, o recurso alocado no Fazendo Escola é um recurso do FUNDEB, é um recurso dado para a EJA.
- iii. O que foi realizado? Preservou-se totalmente o recurso do Brasil Alfabetizado, na verdade foi para 240, 250 milhões, e manteve-se 100 milhões na rubrica, hoje, equivalentes ao Fazendo Escola. Isso para viabilizar a idéia do um mais dois. Esses 360 milhões passam a ser recurso de alfabetização, com uma parte para mobilização e uma parte para a continuidade, independente do dinheiro que está no FUNDEB. Essa continuidade pode ser por dentro ou por fora do sistema
- iv. Estamos supondo que vamos incentivar as matrículas no FUNDEB. E o que vamos fazer além disso? Mantivemos os 220, que passou para 240 milhões, e pegamos 100 milhões que continua na rubrica do Fazendo Escola mas que será utilizada pelo Brasil Alfabetizado um mais dois.
- v. Óbvio que isto não resolve a questão. Na parte Brasil Alfabetizado e continuidade para EJA, nesse desenho que estamos querendo rediscutir, não houve redução de recurso, ao contrário, houve aumento de recurso.
- vi. A dotação global do Ministério da Educação não aumentou. Do ponto de vista da recomposição interna, aumentou relativamente o recuso alocado para a alfabetização. O foco de alfabetização sempre será pouco, mas ele aumentou enquanto foco. Foi um movimento.
- vii. Em resposta ao membro da Comissão, Sérgio Haddad, informou que, em relação ao FUNDEB, há vários desenhos na mesa e que, na verdade, o Ministro está tentando gerar um acordo o CONSED e a UNDIME.

- viii. Existe o problema do tamanho do cobertor. Nessa questão concreta, na busca de equilibrar quanto os *per capita* vão para a educação infantil, quanto vai para a EJA, essa discussão vai e volta.
- ix. A idéia da lei do FUNDEB é se ter decretos de dois em dois anos repactuados para poder mudar, se for possível.
- x. Do ponto de vista relativo, hoje, na alfabetização, o orçamento é um gargalo diante do tamanho do nosso desafio. Não caminhamos numa direção de uma agenda de alfabetização para além da mobilização. Isso é o redesenho maior que estamos tentando fazer agora.
- xi. Ressalta a complexidade de transformar isso numa questão de mobilização da sociedade para além da mobilização política dos nichos setoriais. Talvez tenha-se que investir muito nisso. É tão complexo quanto mobilização da sociedade em torno da valorização do professor. Há ou não adesão da sociedade ao desafio de se acabar com o analfabetismo? E aí os números estavam colocado aqui. Isso é regular nos últimos 8, 10 anos. Continuamos produzindo em torno de 70 mil meninos e meninas analfabetos absolutos com 15 anos. É óbvio que existe algo sistêmico nessa história.
- xii. Houve uma flexão em direção à idéia de sair da noção de campanha e ser responsabilidade dos sistemas públicos. É pouco, mas houve uma flexão. Hoje 62% dos recursos para a alfabetização estão nas redes municipais e estaduais. É muito pouco tempo para uma flexão tão grande.
- n. Participação de Adelaide Laís Parente Brasileiro
 - i. Lembrou que em muitos casos as aulas de turmas de Brasil Alfabetizado terminam em abril, maio, agosto, e os alunos não conseguem dar continuidade porque a rede está toda organizada para começar as aulas em abril do outro ano. Isso que dizer que mesmo dentro das secretarias municipais o PBA parece uma campanha, não parece estar incluído na rede.
- o. Participação de Ricardo Henriques:
 - i. Com relação ao calendário, tivemos problemas durante dois anos seguidos por razões diferentes, mas temos a meta de corrigir esta distorção.
- p. Participação de Edna Castro de Oliveira:
 - i. Com relação ao papel dos fóruns, talvez o trabalho dos fóruns se situa num campo de mobilização do invisível. Talvez exista uma mentalidade de que a mobilização é sempre aquela que a mídia vê, aquilo que repercute mais fortemente que é a correlação de força pode somar mais implicações ou resultados.
 - ii. A própria criação da SECAD e o passo que se deu ao pensar a alfabetização não como campanha, mas na tentativa de trabalhar na continuidade e cessão das redes no processo de escolarização, os fóruns tiveram um papel fundamental neste processo. Os fóruns tiveram uma interlocução bem estreita com o MEC e não foi pressão. A pressão foi permanente de outra maneira muito mais pela interlocução, e foi-se conquistando espaços. Em primeiro lugar, não

tínhamos como mobilizar o país enquanto fóruns na medida em que não existia espaço para encontros nacionais. E a reunião de técnicos do Ministério com os representantes dos fóruns acabou produzindo esse espaço que foi um ganho tanto para a SECAD quanto para os fóruns.

- iii. O trabalho é lento, assim como são lentos os avanços e retrocessos que existem na área. A história da educação de adultos no país é um pouco costurada dessa forma.
 - iv. No ano de 2005 conseguiu-se duas conquistas no sentido de que o grupo mobilizou-se e conseguiu frear um exame nacional universalizado de EJA para todas as regiões do país.
 - v. Um espaço que abre-se agora e começa nos Estados é a articulação em defesa da escola pública. A idéia das articulações interfóruns, somando esforços em nível local para que, em nível nacional, consiga-se pensar as estratégias efetivas.
- q. Participação de Heleno Manoel G. de Araújo Filho:
- i. Com relação à contrapartida no projeto é a questão dos currículos nas escolas. Como trabalhar com a assistência técnica e financeira, a estatística no ensino médio, porque no momento em que o estudante conhece as pessoas que são analfabetas no município, a sensibilização é maior do que apenas ver.
 - ii. Qual será a política que dará conta disso? Esse trabalho mais próximo dos entes federados, que consiga chegar na questão de currículo dentro do ensino médio para sensibilizar estudantes a conhecerem a realidade da comunidade. Trabalhamos na escola e muitas vezes não conhecemos a comunidade porque não interagimos com ela por falta de tempo.
 - iii. De que forma podemos montar um currículo para ajudar os alunos a conhecerem sua comunidade e termos um avanço a partir daí?
- r. Participação de Timothy Denis Ireland:
- i. Agradeceu a participação do Ricardo Henriques
 - ii. Disse que o começo da discussão foi positivo mas que ainda seria necessário aprofundar os temas, tentando jogar na mesa toda proposta viável para ver àquelas que possam ser incluídas no redesenho .
 - iii. Apresentou o Prof. Dante, do CEFET do Rio Grande do Norte, para apresentar e discutir com os membros da Comissão, o ProEJA.
 - iv. Frisou a importância da parceria entre a SECAD e a SETEC para este trabalho, que é um projeto do MEC.
 - v. Como em outras parcerias, tanto Pró-Jovem, Saberes da Terra, Trabalho Doméstico, entre todos, o foco é a elevação da escolaridade integrada á qualificação profissional. Entende ser este um eixo fundamental para as políticas de EJA para os próximos anos.
 - vi. A idéia é abrir um espaço para discussão mais aprofundada sobre o ProEJA, especialmente nesta nova etapa.

5) Pauta: ProEJA –

- a. Participação do Professor Dante, CEFET do Rio Grande do Norte.

- i. Desafio que representa a tentativa de aproximação desses três campos que andam historicamente afastados:
 - ii. Resgate histórico: inicialmente integração da EJA com o ensino médio e a formação profissional; hoje, construindo uma nova etapa que é no nível do ensino fundamental e da formação inicial dos trabalhadores.
 - iii. ProEJA: estamos falando de um público que é EJA, mas que está concluindo o ensino fundamental- o objetivo é concluir o ensino fundamental com uma profissionalização básica, ou ensino médio com a formação técnica.
 - iv. A idéia é que o PROEJA enquanto programa, tenha uma vida curta. O objetivo é conseguirmos construir uma política pública efetivamente no campo da integração, da educação básica com a formação profissional na modalidade EJA.
 - v. O programa já está nascendo se negando enquanto programa para poder assumir a perspectiva de política pública. Um dos grandes problemas que temos na educação de uma maneira geral e no campo da EJA é exatamente a questão dos programas focais que nunca conseguem converter-se numa política pública.
 - vi. O grupo que integra o PROEJA: CETEC, SEB E SECAD.
 - vii. Educação de jovens e adultos, educação profissional e educação básica e a necessidade da constituição desse novo campo que é proveniente de três, mas que não é a soma dos três, é um novo campo.
 - viii. A idéia é associar os processos de formação de professores com o processo de construção do conhecimento nesse novo campo, infraestrutura física.
 - ix. Apresentou uma retrospectiva histórica e atual do programa.
- b. Participação do Prof. Timothy Denis Ireland:
- i. Com relação à SETEC, o ProEJA tem tido um papel de nos obrigar a conversar mais. É preciso que aja mais diálogo entre as diferentes secretarias.
 - ii. O que preocupa é que se nós queremos realmente criar uma PROEJA, que é educação integrada, escolarização e qualificação, exige-se uma formação completamente do educador. A pergunta é se as universidades estão preparadas para isso.
 - iii. Às vezes, temos de forçar a realidade para criar espaços e começar e, a partir disso, ir corrigindo o rumo.
- c. Participação de Maria Cristina Vargas:
- i. Pediu mais esclarecimentos em relação ao ensino fundamental e, se ele, também, será integrado ao ensino profissionalizante.
- d. Participação do Professor Dante, CEFET do Rio Grande do Norte:
- i. O contingente de cidadãos que não têm o ensino fundamental concluído é grande, inclusive maior do que os que têm fundamental, mas não têm o ensino médio.
 - ii. Existe, portanto, a possibilidade de que esse ensino fundamental seja mais atrativo e que permita, efetivamente, ter um impacto sobre a sua

- vida, integrando esse ensino fundamental a uma formação profissional, que não pode ser uma formação profissional técnica, plena, por exigir o nível médio.
- iii. São cursos de formação profissional, mas de uma curta duração, mais restritos, mas que é o início. A grande idéia é que esta seja uma forma de retomar a trajetória educacional interrompida.
 - iv. Inclusive há uma articulação entre o PROJOVEM e o PROEJA para que os alunos concluintes do ensino fundamental pelo primeiro programa dêem continuidade imediata no segundo programa.
- e. Participação de Adelaide Laís Parente Brasileiro:
- i. Questionou qual o nível de articulação com Programa Brasil Alfabetizado-PBA. Um grande nó que temos no PBA é a necessidade de elevação da escolaridade dos nossos educadores.
- f. Participação de Edna Castro de Oliveira:
- i. Considera que o PROEJA veio provocar uma aproximação entre a universidade com os CEFET's.
 - ii. Uma pergunta que fica é quanto a abertura do PROEJA para o ensino fundamental, mas e o programa Saberes da Terra? Não existia um veio de qualificação voltado para o campo, para a educação profissional, a qualificação profissional no campo e elevação da escolaridade?
- g. Participação de Justina Ivã de Araújo Silva:
- i. Registrou que quem mais oferta ensino fundamental, hoje, é a rede municipal.
 - ii. Realmente existe uma demanda por parte dos jovens que saem do PROJOVEM na continuidade em seus estudos com formação profissional.
- h. Participação do Professor Dante, CEFET do Rio Grande do Norte:
- i. Infelizmente, com relação ao Programa Brasil Alfabetizado, exatamente pela esfera de atuação do PROEJA, não existe articulação com o programa, o que não impede que haja num futuro próximo.
 - ii. Para a rede federal, ao longo de 2006, será implantado em praticamente todos os CEFET's em torno de 100 a 200 vagas. Não é muito mas é um começo.
- i. Participação de Sérgio Haddad:
- i. Isto mostra muito pouco a diferença do aluno da EJA de ensino médio para o aluno regular do ensino noturno. Claro, os CEFET's têm uma característica um pouco diferente, normalmente é um aluno que tem uma situação social um pouco diferente, na média. Mas se pegarmos a média do noturno e a média da EJA noturno, a distinção de faixa etária é praticamente nenhuma. A média do ensino público. Como se diferencia isso?
- j. Participação do Professor Dante, CEFET do Rio Grande do Norte:
- i. Respondendo pelo caso do CPDM, não existe oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio noturno, porque esse é um público egresso do ensino fundamental. Como trabalhamos com o ensino

médio propedêutico, o que estamos oferecendo é o ensino médio integrado de formação profissional na modalidade de ensino EJA. A grande maioria dos CEFET's não tem ensino médio propedêutico, hoje. E, depois, não tem o ensino médio na modalidade de EJA no ensino noturno.

- ii. A faixa etária no ensino médio integrado com formação técnica é de 15 anos.
- iii. Com relação ao cronograma, para o PROEJA ganhar o status de política, avançar para a política, ele tem de se institucionalizar nos sistemas públicos estaduais, no caso do ensino médio, e municipais, no caso do ensino fundamental, que é quem tem o poder de universalização da matrícula.
- iv. Se os CEFET's se concentrassem nessa modalidade, não impactaria, de maneira alguma, na matriz educacional brasileira. Portanto, o papel dos CEFET's está muito mais em cada estado, como as universidades, na articulação com os sistemas estaduais e municipais, no sentido de se tornar realidade nos sistemas municipais. Mas o primeiro passo das ofertas está acontecendo nos CEFET's, pelo processo histórico de construção desse campo educacional.
- v. Informações adicionais:
 - 1. O Programa Saberes da Terra é a principal referência para esta fase do PROEJA.
 - 2. A UNDIME e o CONSED também participaram do processo.
- k. Participação de Sérgio Haddad:
 - i. Que não é a média do ensino médio nesse país. No ensino noturno regular de qualquer secretaria estadual de educação a média é mais elevada. A faixa etária é muito parecida com a de quem frequenta o ensino médio noturno na modalidade EJA.
 - ii. Não há distinção, por isso considera que os CEFET's têm uma situação muito particular, o aluno que vai entrar no ensino médio e que vai ter 18 anos.
- l. Participação Daniel Vaz Freire:
 - i. Como referência, informou sobre um sistema de formação profissional aliado à educação formal muito interessante no município de Santo André.
- m. Participação de Heleno Manoel G. Araújo Filho:
 - i. Solicitou informações se existia alguma relação entre o PROEJA e a Escola de Fábrica. E, também, como se dá a questão da formação profissional na Escola de Fábrica.
- n. Participação do Professor Dante, CEFET do Rio Grande do Norte:
 - i. É bastante crítico com relação ao programa Escola de Fábrica, considera a contribuição deste programa muito pequena.
- o. Participação de Timothy Denis Ireland:
 - i. Agradeceu a participação do Prof. Dante.
 - ii. Disse que o projeto Escola de Fábrica está sendo repensado e será reformulado.

- 6) Participação do Prof. Timothy Denis Ireland:
- a. Colocou alguns pontos a serem definidos quanto à pauta: se seria melhor continuar a avaliação do Brasil Alfabetizado, também incluindo a avaliação do trabalho da Comissão e não só do PBA, a política de EJA em geral.
 - b. Para a pauta de amanhã:
 - i. 1-informes.
 - ii. 2- discussão do livro: “Você e a Constituição: 33 temas para conhecer os seus direitos de cidadão”. Foi enviada uma cópia para cada membro da Comissão solicitando um parecer, com vistas a antecipar a análise. Entretanto, recebemos apenas uma resposta. O Prof. Sérgio Haddad solicitou a um técnico que trabalha com a Educação Educativa para fazer um parecer crítico do livro. O parecer foi considerado bom e sugere-se submetê-lo a apreciação de todos.
 - iii. 3 – Audiências Públicas. O calendário proposto inicialmente não será possível de ser executado. Assim, propõe-se dar tempo para que os documentos sejam melhor discutidos e depois organizar as audiências para o início de 2007.
 1. Isso foi combinado com a Câmara de Educação Básica.
 2. Esses documentos foram discutidos com os representantes dos fóruns.
 3. Amanhã teremos a presença da Cida Zanete, autoras do texto sobre certificação e, também, da Maria Luísa que tratou da educação à distância. Infelizmente, a Isabel, que elaborou o texto sobre os parâmetros por idades, por motivos pessoais, não poderá participar.
 - iv. Posteriormente, o assunto será educação prisional
 - v. Em seguida, seriam os encaminhamentos e proposições da Comissão
 - vi. Disposição dos temas na pauta alterada para: livro, educação prisional e, depois, audiências.
- 7) Pauta: Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado:
- a. Participação do Prof. Timothy Denis Ireland:
 - i. Seria extremamente importante que alguém pudesse anotar as críticas apontadas para que se pudesse apontar qual seria a sugestão da Comissão para o Redesenho.
 - ii. Um esclarecimento do ponto de vista da SECAD: entendemos que a alfabetização é um processo e que não pode ser realizada em oito meses, teria que ser em pelo Um mais Dois. Entretanto, os nossos líderes máximos têm pressa em resolver a questão. O problema é que, cada vez que se fala em alfabetização, volta-se para os modelos da Venezuela, Cuba, Bolívia, etc.
 - iii. Se qualquer proposta vai ter uma apoio máximo, deve-se ser uma no meio termo, ou seja, de um lado a necessidade de se enfrentar o analfabetismo de uma forma imediata, mas garantindo a continuidade.
 - iv. O redesenho teria que contemplar estes dois lados.
 - v. Qualquer mudança que defendo, em termos de qualidade, significa uma redução da meta. Não se sabe como isso será recebido, mas opta

- por bancar este desenho com uma meta menor, mas buscando uma qualidade.
- vi. Nos próximos quarenta minutos poderiam ser apontadas as questões mais propositivas e as sugestões.
- b. Participação de Edna Castro de Oliveira:
- i. Avaliar o trabalho da Comissão e a política ao mesmo tempo significa retomar o nosso percurso enquanto Comissão, as discussões já realizadas.
 - ii. Retoma a fala da integrante da Comissão, Justina Ivã, que tem a ver com a Resolução.
 - 1. A Comissão já deveria estar analisando a Resolução do próximo ano.
 - 2. Com o tempo burocrático que a resolução é aprovada e encaminhada, passou meio semestre. Como mudamos isso?
 - iii. Outro ponto destacado foi trazer para a Comissão uma avaliação da experiência no Piauí.
 - iv. Necessidade de reafirmar que a alfabetização é o primeiro passo, posteriormente seria caminhar na perspectiva da escolarização nos sistemas, absorvendo essa demanda e responsabilizando o poder público efetivamente.
 - v. Quanta à idéia de massificação, entende ser preocupante promover isso sem deixar de lado um percurso que se tenta romper a algum tempo. Quando se compara a perspectiva com outros países, devemos ter o parâmetro de qual é a prioridade da educação nesses Estados Nacionais
 - vi. Considera positivo o redesenho do programa com Um mais Dois.
 - vii. Para o Fórum, não há como retroceder.
 - viii. O ENEJA apresentou uma recomendação que na representação dos fóruns a experiência de Recife fosse apresentada para uma discussão em nível local.
- c. Participação do Prof. Timothy Denis Ireland:
- i. Entende que ainda estamos na lógica de que educação pode tudo.
 - ii. Entende que o analfabetismo é uma expressão de desigualdade profunda. E, se não avançarmos em outras áreas para mudar esse quadro de desigualdade, dificilmente também vamos mudar radicalmente os índices de analfabetismo, quando o analfabetismo é uma expressão de uma coisa muito maior.
 - iii. Peço que sejamos mais realistas com o que poderíamos fazer com a educação.
 - iv. Pontuou que a partir das avaliações e dos monitoramentos que têm sido realizados, todas essas informações que temos recebido sobre o Programa Brasil Alfabetizado, há uma indicação da existência de áreas que precisam de uma discussão mais aprofundada.
 - v. A questão da mobilização, de um lado, vai precisar ser melhor avaliada. A mobilização dos jovens, como esse processo tem funcionado, ou não tem. Existe uma tentativa efetiva para utilizar as redes de jovens para mobilizar os jovens na questão da focalização, o

que tem sido apontado muito que é o problema do PBA, em que nossos sujeitos não são analfabetos, são pessoas que já possuem algum grau de escolaridade. Será que o foco tem de ser só analfabeto?

- vi. Sempre se aponta a questão da formação como área que exige um investimento maior, não pode deixar de pensar na questão do incentivo para o aluno. Não diria nem incentivo e sim assistência necessária que coloca cada vez a questão dos óculos como elemento básico que leva a uma evasão bastante grande, acrescentando, ainda, sempre a questão da merenda, a questão do transporte, a questão da carteira de estudante, a flexibilização dos recursos que tem sido colocada nessa forma de financiar, é muito rígido, o sistema é rígido. A forma como financiamos o PBA acabou criando uma camisa de força.
 - vii. Com relação ao calendário, entende que isso vai contra tudo que se fala com relação à flexibilidade, com relação à possibilidade de atender aos horários e para atender a possibilidade de estudo dos jovens e adultos. O calendário não coincide com o calendário escolar, temos turmas terminando em junho e julho, quando a próxima matrícula vai ser no ano seguinte. Então, há um descompasso entre o começo e o fim do programa e o ano escolar
 - viii. Com relação à questão da duração, considera que há um consenso de que oito meses não são suficientes, por isso a possibilidade de serem mais dois.
 - ix. Uma das falhas nesses últimos dois anos é que montamos um plano nacional muito ambicioso de avaliação que não foi capaz de dar respostas suficientemente rápidas. Estamos começando a ter as respostas de avaliações que estão em processo. Para uma política pública necessita-se, não de respostas imediatas, mas de um fluxo que permita alterar e controlar o rumo da política ao longo do processo.
- d. Participação de Adelaide Laís Parente Brasileiro:
- i. A equipe do DEJA, no MEC, deveria ser bem maior. Pergunta: qual é a condição que o DEJA tem de fazer uma pesquisa, de acompanhar esse programa mais de perto?
 - ii. A parceria com as ONG's deveria continuar só que com mais controle.
 - iii. Com relação à educação continuada, penso que ela não pode ocorrer separada do acompanhamento e do assessoramento. Formação continuada tem que acontecer como resposta às necessidades do professor dentro da sala de aula, com suas necessidades concretas. Por isso é necessário ter alguém por perto para acompanhar os alfabetizadores.
 - iv. Ainda com relação aos professores, insiste na necessidade de um investimento na elevação da escolaridade dos alfabetizadores que solicitam um curso superior mesmo que seja à distância.

- v. Considera que os dois anos podem ser um incentivo dentro de uma perspectiva de que o aluno entre com um planejamento para terminar a sua escolaridade.
 - vi. Fala-se em letramento mas não existe nenhum livro para os alunos.É preciso dar livro para o professor e para o aluno.
- e. Participação de Tancredo Maia:
- i. Com relação aos livros:
 1. Foi lançado em dezembro de 2005 o 1º Concurso Literário – Literatura para Todos com inscrição para vários gêneros: contos, poesias, teatro. Houve mais de 2.000 inscrições, sendo selecionadas 10 obras. A Comissão de Seleção contou com seis escritores e três professores da área de educação de jovens e adultos.
 2. Na primeira edição são 110 mil exemplares de cada uma das obras, ou seja, um milhão e cem mil livros que serão distribuídos no primeiro semestre de 2007 para os alunos do PBA no final desse primeiro processo de alfabetização e para as escolas de EJA, primeiro segmento.
 3. Paralelo, foi realizado um trabalho chamado de Literatura para Todos conversando com o educador, que é uma discussão que se abre para a utilização desse material de literatura.
- f. Participação de Justina Iva de Araújo Silva:
- i. Com relação ao financiamento:
 1. Uma questão a ser resolvida: houve ou não redução de recursos para a EJA.
 2. Esta Comissão deveria posicionar-se
 - ii. Com relação ao redesenho:
 1. Propôs que não se trabalhe com essa relação per capita aluno a partir do valor fixo. Em Natal trabalha-se com valor fixo desde 2001 associado a um rigoroso programa de monitoramento e de supervisão. Para cada 10 salas, um supervisor que as visita semanalmente. Sugestão: valor fixo associado a um instrumento de controle.
 2. Sugeriu: uma coordenação, um setor, uma assessoria que cuide de fazer o monitoramento no âmbito da escola.
 3. Sugeriu um redesenho também para a EJA. Em termos de organização trabalha-se com a anualidade e há um problema de abandono muito grande. A LDB permite flexibilidade, mas essa discussão tem que ser provocada nacionalmente
 4. Registro positivo quanto ao ProEja estar estudando a possibilidade de articular qualificação e educação profissional com a educação básica dos alunos de EJA. Isto já acontece na Espanha e é uma política bem sucedida. Na hora em que você vincula iniciação para o trabalho, as pessoas ficam mais motivadas. O Projovem trouxe essa articulação e o índice de

abandono é mínimo em relação ao índice de abandono da EJA.

5. Concordou com a posição da Eliene: deveria existir um fundo conceitual e que se diga quais são as competências de fato que se espera dos alunos ao final do processo. O que queremos? Queremos que essas pessoas sejam capazes de ler e interpretar um texto ou quer algo mais para elas que pouco tiveram ao longo da vida?
6. Chamou a atenção para a questão dos analfabetos funcionais.
7. Apresentou proposição quanto ao calendário:
 - Deveria ser uniformizado
 - As resoluções deveriam estar prontas até o final de fevereiro, com execução de março a outubro, ou abril a novembro, garantindo, assim, que no início do ano letivo subsequente todos estejam prontos para ingressarem no ensino regular.

g. Participação de Adelaide Parente

- i. Propôs que o PBA esteja articulado com o Bolsa Família e os programa do Banco do Brasil. Por exemplo, tem-se um convênio com o projeto Talher Nacional, falando da questão do desemprego e da fome e do bolsa família.

h. Participação de Heleno Araújo:

- i. Considera que a Comissão, até este momento, teve avanços dentro do possível, mas considera que limites devam ser ultrapassados, com a construção de caminhos para avançar no que é preciso fazer, e não somente no que é possível fazer.
- ii. Reforça a questão da política de EJA e ao acompanhamento e fiscalização do PBA. Apresentou um exemplo de denúncia quanto a um processo de formação em que a coordenadora da GERE foi colocada para conseguir onze assinaturas que deveriam ser apresentadas ao MEC. Este caso está no Ministério Público.
- iii. Apresentou uma contraposição à proposta da Justina em relação ao tempo de aplicação do programa:
 1. Entende não ser viável uniformizar o programa em todo o país.
 2. Deve-se buscar uma forma de garantir o calendário regional

i. Participação do Timothy Ireland:

- i. Encerrou os trabalhos do dia que seriam retomados no dia seguinte.

8) São 1º.12.2006 e o Timothy Ireland reinicia os trabalhos da Comissão:

- a. Apresentou a necessidade de se ter flexibilidade no decorrer da pauta, tendo em vista que a participação da Cida será muito curta. Concentração na parte da manhã da discussão sobre a audiência pública.
- b. Informações:

- i. Comitê 2009: desde o ano passado o Brasil estuda a possibilidade de candidatar-se como país sede para Conferência Internacional de Educação de Adultos em 2009. O Ministro Fernando Haddad levou uma proposta formal ao Diretor-Geral da UNESCO. Até o momento, não existe uma resposta formal, mas Hamburgo está entendendo que o Brasil tem toda a probabilidade de ser a sede do evento em 2009.
 - ii. Conferência Mundial de Educação Prisional:
 - 1. Também é uma proposta da UNESCO, Hamburgo, onde há o Observatório de Educação em Prisões. A proposta já aceita pela UNESCO é a de organizar uma Conferência Mundial de Educação Prisional em 2008. Não se sabe se será na Bélgica, mas contará com o apoio do governo belga. A proposta é de seguir aquele padrão de que o comitê teria reuniões e conferências regionais no sentido dos blocos, América do Sul, Ásia, Pacífico e, depois, Europa e América do Norte como conferências preparativas para a Conferência Mundial em 2008. Há uma possibilidade de que o regional da América Latina seja realizado no Brasil.
 - iii. Andamento PBA;
 - 1. As ONG's estão na fase de habilitação junto ao FNDE para, depois, os projetos pedagógicos serem analisados.
- 9) Participação de Tancredo Maia:
 - a. Neste ano teve início todo o processo com os estados, municípios e ONG's.
 - b. Todo o processamento do PBA está no Sistema do Brasil Alfabetizado
 - c. Neste ano, a ONG somente para a fase do plano pedagógico e do projeto após a habilitação no FNDE.
 - d. Tem-se, até o momento, 235 declarações inscritas e 137 habilitadas no FNDE
 - e. Um registro: no ano de 2006 alcançou-se o ponto "bom" na análise das propostas das abrangências. A cada ONG aprovada faz-se um exaustivo trabalho no município onde ela propõe-se a trabalhar, com vistas a conhecer a situação do conjunto dos atuantes da proposta na localidade. Verifica-se a compatibilidade do número apresentado com o número de analfabetos naquele município. Tem-se uma escala de atuação das ONG's criteriosamente definida. O ideal seria que todas as entidades interessadas em participar do PBA em uma determinada localidade reunissem e mapeassem a área de atuação, com vistas a não existir a sobreposição de parceiros atuando na mesma área.
 - f. Complicador na etapa de habilitação: até o momento, ocorreu uma baixa de 230 parceiros. Um outro ponto é a baixa resposta na diligência dos planos pedagógicos.
- 10) Participação da Adelaide Parente:
 - a. Não vê nenhum problema em várias ONG's atuando no mesmo centro comunitário. Entende que o problema é não existir um fórum de alfabetização onde todos possam reunir-se. Necessidade de se ter um fórum

em cada município onde todas as entidades que estão fazendo alfabetização possam reunir-se.

- 11) Participação de Tancredo Maia
 - a. Aprovada a idéia como uma recomendação. Apresentou como exemplo, a experiência do Piauí que criou, em Teresina, um espaço institucional e físico para da Coordenação das Ações de Alfabetização no Estado.
- 12) Participação de Timothy Ireland
 - a. Considera que a experiência do Piauí deverá ser levada aos próprios fóruns.
 - b. Informações:
 - i. Sobre o evento da SECAD: Diferentes Diferenças, onde ocorrerá, entre outros, as seguintes atividades:
 1. Seminário de Inclusão: projeto de alfabetização aliado à geração de renda, empreendedorismo popular.
 2. Reunião com os representantes dos fóruns.
 3. Seminário de avaliação.
 4. Seminário para discutir o material para a EJA.
 5. Lançamento da Coleção Educação para Todos
 6. Medalha Paulo Freire: por motivos eleitorais, não foi possível entregar dos prêmios aos vencedores no ENEJA, assim, neste evento, será realizada a premiação formal.
 7. Lançamento de vários livros
 - ii. O Plano Iberoamericano de Alfabetização em Educação de Jovens e Adultos foi aprovado na Reunião de Chefes de Estado, ocorrida em novembro. A proposta é que, em 2007, esse processo seja mais organizado. Articular e fortalecer, quando necessário, os planos nacionais de alfabetização nos países ibero-americanos.
 - iii. O próximo tema será Educação Prisional:
 1. O projeto será apresentado pelo técnico da SECAD, Carlos José.
 2. O trabalho vem sendo realizado desde 2005, numa parceria com o Ministério da Justiça e também com a UNESCO.
 3. Recursos: governo japonês, MEC e Ministério da Justiça
 4. Dimensão internacional: apoio da Comissão Européia.
 5. Foi criada na semana passada, a Rede Latino-americana de Educação nas Prisões durante o fórum realizado em Belo Horizonte.
- 13) Pauta: Educação Prisional:
 - a. Participação de Carlos José – técnico da SECAD:
 - i. O Projeto teve início em 2005 com a assinatura de um protocolo de intenções entre os Ministérios da Justiça e da Educação e, posteriormente, foi criada uma agenda que envolveu o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e a SECAD.
 - ii. Após um diagnóstico foi detectada a necessidade de construção de diretrizes para a educação penitenciária, porque a educação já existia.
 - iii. Foi construída uma agenda.
 - iv. Em outubro de 2005 realizou-se uma oficina, em Brasília, quando foi montado um calendário que define seminários estaduais e regionais,

com vistas a apresentação de proposições a serem incluídas nas diretrizes para a educação prisional.

- v. Os seminários contaram com a participação de agentes penitenciários chefes de segurança, diretores de unidades, educadores e técnicos que atendem no sistema penitenciário. Ao final ocorreu o seminário nacional, em Brasília, quando, em conjunto com os estados, foi construído o documento final que será publicado.
- vi. Paralelo a essas atividades, feitos convênios, no ano de 2005 para execução em 2006, com seis estados: Ceará, Paraíba, Goiás, Rio de Janeiro, Tocantins e Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo, inicialmente, participaria, mas o convênio acabou por não ser concretizado.
- vii. O convênio baseou-se em três eixos: gestão e articulação e formação.
- viii. Em maio de 2006 mais seis estados foram conveniados, num total de 12 estados com convênio em execução.
- ix. Também ocorreu, paralelamente, uma agenda internacional, com a construção de uma rede que envolve quatorze países da América Latina.
- x. 1º encontro em Cartagena, Colômbia.
- xi. A idéia foi aceita, tendo sido marcada uma reunião de trabalho em Paris, ainda neste ano.
- xii. Como principal interlocutor foi feita uma parceria com uma instituição de nome EPEA, uma ONG com cerca de 15 anos de trabalho em prisões na Europa e que também tem assento no Conselho de Ministros, que trata das proposições de políticas públicas da União Européia no sentido da educação nas prisões. A EPEA tem conferência de dois em dois anos. A próxima ocorrerá em Doublé, em junho, e, após uma articulação conseguiu-se um espaço para a América Latina nessa rede, nessa conferência mundial que é, em princípio só européia.
- xiii. A formação de uma estrutura mínima da Rede Latino-Americana foi discutida perante o fórum do MERCOSUL.
- xiv. Outro objetivo é a participação no Observatório da UNESCO que cuida, especificamente, das prisões. Haverá uma conferência mundial em 2008.
- xv. Há uma idéia de avaliação sobre os projetos conveniados nos anos de 2005 e 2006.
- xvi. Como meta tem-se a seguinte meta:
 1. envolver outros estados:
 - 6 em 2007
 - todos os estados da federação em 2009.
- xvii. Os avanços no Brasil:
 1. 1º evento com a participação do MEC que tratou da educação nos presídios, em Fortaleza. Houve surpresa e desconfiança dos participantes do evento.

2. Um ano e meio depois se percebe que há na agenda dos gestores, secretários da educação e da justiça, dos doze estados, uma atenção maior ao tema.
 3. Houve aproximação entre as secretarias estaduais da educação e da justiça, que antes nem se conheciam. Hoje há uma articulação e um núcleo Comitê Gestor, pois o convênio é feito com a secretaria da educação, mas a secretaria da justiça participa efetivamente das ações.
- b. Participação de Timothy Ireland:
 - i. Reforça as dificuldades na articulação deste projeto em nível estadual. É um processo lento. No nível federal, ministérios da Educação e da Justiça, o trabalho foi muito positivo.
 - ii. Para que puder comparecer: a audiência pública na Câmara dos Deputados do Projeto Ato dos Oprimidos Dentro das Prisões ocorrerá no dia 6 de dezembro, às 14h. Esse projeto é uma iniciativa do Centro Técnico do Oprimido do Rio em convênio com o DEPN/MJ
 - c. Participação de Sérgio Haddad :
 - i. Questionou sobre o terceiro eixo dos convênios firmados>
 - d. Participação de Carlos José:
 - i. Assuntos pedagógicos. Discute-se material didático.
 - e. Participação de Sérgio Haddad:
 - i. Dois comentários:
 1. Com relação à gestão: o diretor da unidade prisional tem um poder impressionante. Mesmo havendo acordos entre as secretarias de governo, o trabalho na unidade prisional depende muito da participação do diretor e da forma como ele conduz.
 2. Com relação à UNESCO: tem a sensação de que a UNESCO tem mais boa vontade do que algo material a oferecer. Tem-se o encontro Latino-americano e o Mundial. Pergunta-se: quem fará? Onde?
 - f. Participação de Timothy Ireland:
 - i. Na verdade o Mark é a pessoa que cuida do tema na UNESCO e conta com uma estrutura ainda precária. Inclusive o sítio eletrônico é pouco atraente, desatualizado, mas, mesmo assim, existem poucas fontes sobre a educação prisional. O Mark, que é o responsável pela organização da conferência, tem o apoio do seu país, a Bélgica e creio que está rodando o mundo tentando viabilizar essa conferência.
 - ii. Normalmente, a UNESCO aprova um orçamento mínimo para o evento, mas imagina que além disso será necessário uma articulação em nível mundial para viabilizar a conferência mundial
 - g. Participação de Sandra Denise Pagel:
 - i. Considera importante o projeto por ser este um segmento até então tratado isoladamente do que um projeto estadual.

- ii. As questões levantadas pelo Sérgio são pertinentes pela dificuldade em se trabalhar nos presídios. Não se tem sala, não pode entrar com lápis, entre outras questões.
 - iii. Considera a articulação entre os presídios outro ponto a ser trabalhado porque a rotatividade é muito grande e os presos vão de um presídio que tem um projeto para outro que não tem e vice-versa. A articulação é que pode garantir
- h. Participação de Débora Niquini:
 - i. Apresenta um pouco da experiência em relação à FUNAPE, em Brasília.
 1. A Universidade Católica de Brasília tinha um convênio com a FUNAPE desde 1994 onde foi realizado todo o processo de alfabetização.
 2. Muitos presos tinham o ensino médio e foram preparados para serem os alfabetizadores.
 3. Os presos em liberdade condicional com o ensino médio tinham acesso a um curso pré-vestibular com vistas a prepará-los para concorrerem a uma vaga no ensino superior.
 4. Em 2004, com o ProUni, foi realizada uma reunião com os Ministérios da Educação e da Justiça e fez-se uma proposta de acesso privilegiado aos presos. O MEC não aceitou.
 5. Durante o período do convênio a Universidade passou a cuidar de várias questões não afeitas a ela. Isso dificultou o trabalho. Hoje existem cinquenta presidiários remanescentes do projeto que continuam os estudos. A Universidade vai mantê-los até a conclusão dos cursos.
 6. Entende que inexistente uma integração entre os ministérios. Cada um fica trabalhando de um lado, sem agregar esforços. Considera este um problema muito sério.
 - i. Participação do Professor Timothy Ireland:
 - i. Considerou a informação muito séria e quer ter os nomes dos interlocutores para retomar os contatos.
 - ii. Até o momento não houve articulação com a SESU. Esta é uma falha que será atendida.
 - iii. Perguntou se a questão foi levada ao clube e se esta iniciativa é somente da Universidade Católica.
 - j. Participação de Débora Niquini:
 - i. Já foi solicitado em diversas oportunidades que a EJA fosse incluída na pauta das assembleias.
 - k. Participação de Timothy Ireland:
 - i. Considera a retomada de um diálogo com a SESU e que o Projeto Rondon, apesar da participação do MEC, é coordenado pelo Ministério da Defesa. Acrescenta que a dificuldade de articulação é histórica. Informa que, com relação à EJA, um grande esforço está sendo realizado junto aos Ministérios da Justiça, do Trabalho, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e do Desenvolvimento Social.

1. Participação de Carlos José:
 - i. Em resposta aos pontos levantados diz que:
 1. As demandas do sistema penitenciário são muitas, portanto, por questões estratégicas, tendo em vista a demanda ser maior para o ensino fundamental e médio, optou-se por esse recorte.
 2. Já existe, em boa parte dos Estados, a oferta do ENEM nas prisões, ou seja, a condição para ingresso no ProUni está garantida.
 3. O Governo do Distrito Federal, por intermédio da Funape, apresentou um projeto neste ano, entretanto, não foi possível fazer o convênio por uma questão técnica. De qualquer forma, existe um esforço por parte da equipe da Funape no atendimento a esta demanda.
 4. O diretor, no sistema penitenciário, tem grande poder no dia-a-dia das prisões. Houve a participação de diretores de unidades prisionais em todas as reuniões
 5. A questão da oferta não é somente um problema no Brasil, em pelo menos dois países que visitamos a oferta é muito pequena. Na França são 20% e na Grécia não chega a 30% da população penitenciária apta a estudar. Entretanto, eles possuem critérios muito claros e todos os conhecem. Por exemplo, penas mais curtas têm preferência sobre penas mais longas.No Brasil, as regras estão nas mãos do chefe da segurança, ou da pessoa que toma conta do pavilhão.
 6. O DEPEN/MJ coleta, anualmente, dados sobre o sistema prisional. Mas, não se sabe, por exemplo, quem são os agentes penitenciários, se eles têm ensino fundamental completo ou ensino superior, por exemplo. Também não existe uma base de dados sobre os professores que atuam no sistema prisional.
 7. Há necessidade de se ter integração entre as unidades, para que o processo de educação acompanhe o apenado.
 8. No eixo da gestão existe um objetivo de produzir um diagnóstico sobre as condições de oferta, quem são os professores, em que condições eles trabalham, qual a escolaridade deles, para que seja possível trabalhar ações que atendam a esse perfil.
 9. A importância da parceria com o Ministério da Justiça.
 10. A Resolução do Programa Brasil Alfabetizado contemplou um atendimento específico para a educação prisional. Portanto, em 2005, 6000 presos estavam estudando por intermédio do Programa.
 11. No próximo ano o Censo realizado pelo INEP/MEC vai identificar o aluno preso, ou seja, saberemos quantos são os presos matriculados em EJA nas penitenciárias do Brasil.
 12. Informou que foi criado um banco de dissertações com as produções acadêmicas que tratam desse assunto. Os trabalhos

não são muitos, mas são de qualidade. Solicitou que se alguém tivesse conhecimento de algum material sobre o tema que o compartilhasse.

m. Participação de Timothy Ireland:

i. Apresentou detalhes da visita a um presídio em Pará de Minas – MG:

1. Um presídio novo onde existe uma sala de aula em cada pavilhão: o DEPEN/MJ exige que as plantas dos novos presídios incluam salas de aula no projeto.

14)

15) Redesenho do Programa Brasil Alfabetizado - PBA para o ano de 2007:

- a. Apresentação da situação atual do Programa Brasil Alfabetizado - PBA.
- b. As informações presentes no cadastro do Programa Brasil Alfabetizado – PBA estão sendo auditadas pela CGU junto aos municípios sorteados mensalmente.
- c. Meta é de que 70% dos repasses sejam destinados a entidades públicas e 30% a entidades privadas.
- d. Um Sistema de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado - PBA está sendo construído o que proporcionará um acompanhamento mais realista da metodologia aplicada pelos parceiros, privados e públicos, e garantirá maior agilidade nas intervenções necessárias para os ajustes no desenho do programa.
- e. Redesenho:

i. Proposta:

1. Denominada 1 + 2 = garantir o Brasil Alfabetizado por um ano e a continuidade dos estudos por mais dois anos , com a participação da sociedade civil e dos estados e municípios. Assim, teríamos um processo de alfabetização que resultaria na equivalência da cobertura do 1º segmento do ensino fundamental
2. A lógica é não excluir a participação da sociedade civil, mas incentivar a continuidade, o que garantirá que os investimentos aplicados (recurso, tempo dos alfabetizados e alfabetizadores, entre outros) não sejam perdidos.
3. A continuidade dos estudos nos próximos dois anos seria garantida a todos os egressos do Brasil Alfabetizado de 2003 a 2005.
4. Plano estratégico para discussão:
 - Garantir o Programa Brasil Alfabetizado no formato 1 + 2.
 - Os estados, municípios e sociedade civil participariam no mesmo formato atual no primeiro ano.
 - Os dois anos seguintes sejam totalmente assumidos pelos estados e municípios, o que ocasionaria uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os governos estaduais e municipais.
5. Jeanete Beauchamp:

- Considera interessante a proposta por buscar garantir a continuidade dos estudos.
 - Sugere uma avaliação da aprendizagem:
 - i. Combinar esta proposta com uma avaliação da aprendizagem, talvez uma no primeiro ano e outra ao final, assim como o SAEB. Inclusive com a parceria do INEP
6. Maria Luiza Martins Aléssio:
- Em Recife, uma projeto parecido com esta proposta está funcionando da seguinte forma:
 - i. Módulo 1, que é alfabetização, passou a ser pelo Programa Brasil Alfabetizado
 - ii. Módulos 2 e 3 : EJA do município
7. Timothy Denis Ireland:
- Apresentou dois exemplos de tentativas de se levar a EJA para a alfabetização, no Piauí e em Belo Horizonte, que, de uma certa forma, influenciaram a proposta apresentada:
 - i. Após o término, a turma do Brasil Alfabetizado continua no mesmo espaço físico e um(a) professor(a) de EJA vai para a sala de aula.continua o trabalho a partir.
8. Edna Castro de Oliveira:
- Considerou a idéia um avanço, pois se vai incorporando a concepção de jovens e adultos mais ampla.
9. Heleno
- Considerou positiva a proposta.
 - Reiterou a importância do acompanhamento e do controle sobre a real existência das turmas, do quantitativo e da aplicação dos recursos. Buscar uma forma de publicizar o valor dos recursos que são disponibilizados de uma forma mais concentrada.
10. Isabel Aparecida dos Santos:
- Considerou a proposta positiva. Entende que agrega qualidade à imagem da alfabetização por ser a mesma mais completa e articulada com a EJA.
11. Célio da Cunha
- Entende que esta proposta deve sim ser incorporada ao PBA no ano de 2007, por representar um avanço.
 - Ratifica a importância de articular com o INEP a idéia da avaliação.
 - Ratifica a proposta do monitoramento da continuidade dos alunos do PBA em EJA
12. Timothy Denis Ireland:
- Solicita aos membros da CNAEJA uma orientação quanto ao documento a ser produzido para o próximo

governo sobre a experiência dos últimos três anos do PBA, conforme sugestão do Célio da Cunha na última reunião da Comissão.

- Quanto à avaliação:
 - i. Existe um Plano Nacional de Avaliação para o PBA, em desenvolvimento, com 31, 32 instrumentos de avaliação, que abrange as questões cognitiva, metodológica, de gestão e de impacto.
 - ii. Avaliação cognitiva: foi realizada uma avaliação na entrada 2005 e na saída 2005 e vai ser realizada novamente nas turmas de 2006.
 - iii. No sentido mais amplo do processo de aprendizagem dos alunos, levanta-se a questão da certificação. Para que a proposta do 1 + 2 tenha validade, a certificação terá que incluída no processo.
- Proposta 1 + 2, ainda há muitos elementos para pensar:
 - i. Inicialmente, seria incorporado ao programa atual, com os egressos de 2004 e 2005
 - ii. Para 2007, período de transição do Fazendo Escola para o FUNDEB, um problema financeiro
 - iii. Para 2007, recursos financeiros garantidos para o PBA
 - iv. Como pensar a integração do 1 + 2 com os estados, municípios e entidades da organização civil. Não temos resposta para essas questões neste momento.

13. Eliene Novaes:

- Questionou sobre:
 - i. Existem mais municípios no Fazendo Escola ou no Brasil Alfabetizado?
 - ii. O PBA está em mais municípios do que o Programa Fazendo Escola. Ressaltando-se que em alguns municípios a EJA é oferecida pelo sistema estadual de ensino.
- Considera que, apesar de não haver concordância total entre os municípios atendidos pelo PBA e pelo Programa Fazendo Escola, o número de municípios atendidos concomitantemente pelos dois programas é expressivo, o que é positivo para o início do 1 + 2.

- 16) Informativo sobre a Medalha Paulo Freire que terá a sua premiação promovida na abertura do VIII ENEJA, no dia de hoje:
- a. Edna de Oliveira:
 - i. Ressaltou o rigoroso trabalho realizado pela equipe da SECAD nas etapas que precederam à análise da Comissão Julgadora.
 - b. Célio da Cunha
 - i. Ressaltou a unanimidade da Comissão Julgadora com relação aos premiados
 - c. Timothy Ireland
 - i. Ressaltou a qualidade dos projetos inscritos
 - d. Oito projetos pré-selecionados por uma comissão técnica da SECAD, em uma etapa anterior, a partir de 16 projetos inscritos, receberam uma visita técnica de profissionais da SECAD.
 - e. Comissão julgadora da edição do prêmio no ano de 2006 :
 - i. Célio da Cunha – representante da UNESCO
 - ii. Maria América Assis de Castro – representante da CONSED
 - iii. Edna Castro de Oliveira – representante dos Fóruns de EJA
 - iv. Timothy Denis Ireland – representante da SECAD
 - f. Cinco projetos selecionados para a premiação:
 - i. SESC LER – Manaus
 - ii. SAL DA TERRA – ONG Paraíba
 - iii. AJA GOIÂNIA – Secretaria Municipal de Goiânia
 - iv. CEDEP - Paranoá - DF
 - v. Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
- 17) Diretrizes para a Educação Prisional:
- a. Timothy Denis Ireland:
 - i. Parceria entre o MEC, a UNESCO e o Ministério da Justiça, com recursos iniciais do governo japonês, que inclusive financiou o Seminário Nacional.
 - ii. Documento traz o resultado de todo o processo: Versão Preliminar Seminário Nacional Educação nas Prisões – Significados e Proposições
 - iii. Num primeiro momento, seis estados que apresentaram projetos, com foco em três eixos principais, receberam recursos para investimento na qualidade da educação prisional. Em 2006 mais seis estados passaram, também, a receber recursos.
 - iv. O documento é resultado dos seminários regionais, realizados nos estados conveniados com convite extensivo aos estados vizinhos, mais o Seminário Nacional realizado em Brasília.
 - v. Eixos:
 - 1. Gestão, articulação e mobilização
 - 2. Formação dos profissionais envolvidos na oferta (professores, agentes de leitura e todas as pessoas envolvidas na execução penal)
 - 3. Aspectos pedagógicos
 - vi. O relatório será enviado aos participantes e também a outras instâncias, como o Conselho Nacional de Educação – CNE e o

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Ainda não foi pensada a forma como estes documentos deverão ser encaminhados, mas, um texto mais conciso está sendo preparado.

- vii. O Projeto de Educação Prisional está articulado, ainda, com uma proposta de um programa chamado EUROSOCIAL, que envolve os Estados Ibero-americanos, Países da União Européia e os Países da América Latina. Dentro do programa, cada país da América Latina podia indicar temas que considerassem mais importantes. Assim, está sendo articulada uma rede latino-americana de entidades que trabalham com educação prisional, governamentais e não-governamentais, a ser oficialmente estabelecida no Fórum Educacional do Mercosul, que acontecerá em novembro.
 - viii. A UNESCO juntamente com outras organizações vai organizar, em 2008, um Seminário Internacional sobre Educação Prisional e que a proposta é de que aconteçam, anteriormente, seminários regionais preparativos em 2007.
 - ix. Gostaria de receber de todos um comentário e sugestões para a finalização do documento
- b. Célio da Cunha:
- i. Entende que o envio do documento deve ser realizado pelo Ministro da Educação. A doutrina que rege este documento baseia-se no direito de que o indivíduo privado da liberdade não está privado dos outros direitos, o que inclui o direito à educação.
- 18) Oficina Educação de Jovens e Adultos – Cooperação Sul-Sul
- a. Timothy Denis Ireland:
- i. Oficina realizada na primeira quinzena de agosto, também em parceria com a UNESCO e, ainda, com a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.
 - ii. Participantes: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, mais o Brasil. Portugal foi convidado mas não enviou representantes.
 - iii. Proposta: criar uma articulação entre os países no campo específico, cooperação Sul-Sul horizontal entre os sete países de língua portuguesa.
 - iv. Ao final de três dias de discussão:
 - 1. Criação de uma coordenação compartilhada: Brasil e Cabo Verde, inicialmente.
 - 2. Documento final: inclui uma proposição de diretrizes básicas para a cooperação Sul-Sul no campo da EJA, com uma cooperação coerente e consistente, uma relação horizontal, de diálogo e de ajuda mútua. Além disso, e apresentada uma proposta de um plano estratégico de cooperação, apresentando as áreas de prioridade, quais sejam, financiamento e a institucionalidade da modalidade.
 - 3. O documento final vai ser enviado aos seis ministros dos países participantes como uma forma de reforçar a cooperação e a necessidade de institucionalizar a EJA e,

também, que a alfabetização e a educação de jovens e adultos passem a ser tema de pauta de encontros entre ministros da educação.

- v. Vamos necessitar da cooperação das universidades. Em maio houve um seminário nacional sobre formação de educadores de educação de jovens e adultos, na UFMG, quando iniciamos um cadastro dos núcleos de EJA e de professores e pesquisadores interessados em participar em processo de cooperação e quais as áreas de interesse. Vamos ter, assim, um banco de profissionais que vai possibilitar processos de cooperação futuros.
 - vi. Gostaria de receber de todos um comentário sobre o documento.
 - b. Professora Maria José Telles Franco Marques
 - i. Com relação à cooperação das universidades, para conhecer o que vem sendo trabalhado pela IFES, vale consultar o sítio www.renex.org.br, link SIEX-Brasil
 - ii. Além disso, tem o trabalho da Prof. Dóris, da UNB.
- 19) Timothy Denis Ireland:
- a. Foi realizada no Itamaraty, no dia de ontem, uma reunião com a UFMG que apresentou o projeto África, com enfoque na educação e saúde., com vistas a buscar uma articulação com os projetos de cooperação do governo federal nestas duas áreas.
 - b. Na área de alfabetização e EJA, a SECAD tem considerado e buscado parcerias com as pró-reitorias de extensão por considerá-las muito importantes e com muito potencial para contribuir neste campo. Ainda não explorado em sua potencialidade.
- 20) **Proposta para a realização da última reunião ordinária da Comissão em 2006:**
- a. Duração: um dia e meio.
 - b. Função mais avaliativa.
 - c. Data indicativa: vinte e vinte e um de novembro
- 21) **Consenso do grupo sobre as propostas apresentadas:**
- a. Resgatar a posição da CNAEJA de abril de 1996 sobre os parâmetros de idade para a EJA
 - b. De um lado o que está sendo colocado em relação ao ensino regular e ao ensino de EJA é que quando há propostas, conteúdos e metodologias adequadas e atraentes para os públicos específicos, as pessoas vão ficar, e se não há ocorrerá migração de um lado para o outro.
 - c. A questão de estabelecer qualidade no ensino regular e de EJA não é uma questão que poderá ser resolvida no curto prazo, como também a questão de formação. Quais são os incentivos que podem ser criados para reforçar a importância da educação de jovens e adultos como uma área específica.
 - d. Precisamos do apoio das universidades na formação do educador de EJA.
 - e. O fato de ter esta Comissão e de ter um Departamento de Educação de Jovens e Adultos no MEC são sinais de que existe uma política , mas até isso ser assumido em todas as instâncias de muito trabalho e muito tempo.

- f. A sugestão da idade mínima para se fazer o exame do ensino fundamental é uma forma de forçar um pouco, um meio termo, talvez a única saída neste momento para induzir políticas.
- g. Não é necessário ter uma posição definitiva
- h. Pode-se levantar todas as questões, até porque as audiências públicas são para isso.
- i. É necessário também ouvir os alunos
- j. Podemos ter 18 anos como referência para as discussões das audiências
- k. Com relação às audiências, em termos de pauta, foi acrescentado:
 - i. Participantes: SEB, SEED, INEP, SETEC, CNTE, UNIVERSIDADES, PRESIDENTES REGIONAIS DA UNDIME
 - ii. Sugestão de mudança de data: de 30 de outubro para a semana seguinte.
 - iii. As propostas a serem encaminhadas às pessoas que irão elaborar os documentos-referência.
- l. Com relação à certificação, teríamos algumas indicações a completar, sendo que a EJA ainda está longe de ter uma identidade própria, é muito vinculado ao ensino regular:
 - i. Manter a autonomia dos estados para elaborar os exames supletivos
 - ii. Papel do INEP: qualificar e manter um banco de itens para subsidiar os Estados na formatação de seus exames e estimular uma discussão maior sobre quais as competências e habilidades a serem avaliadas na educação de jovens e adultos. O que estamos querendo medir quando avaliamos um aluno de EJA?
- m. Promover parceria dos municípios com o MEC para adquirir o direito de reprodução das obras do projeto Leituração.
- n. A Comissão deveria reforçar a importância de se avançar na solução da questão do “NIS” para o Sistema do Brasil Alfabetizado, por meio de uma recomendação.
- o. Proposta 1 + 2:
 - 1. Plano estratégico para discussão:
 - Garantir o Programa Brasil Alfabetizado no formato 1 + 2.
 - Os estados, municípios e sociedade civil participariam no mesmo formato atual no primeiro ano.
 - Os dois anos seguintes sejam totalmente assumidos pelos estados e municípios, o que ocasionaria uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os governos estaduais e municipais.

Brasília, 30 de agosto de 2006,

Célio da Cunha

Adriana Pinto Rodrigues

Edna Castro de Oliveira

Eliene Novaes Rocha

Heleno Manoel G. Araújo Filho

Isabel Aparecida dos Santos

Jeanete Beauchamp

Maria José Telles Franco Marques

Thimothy Denis Ireland

Cláudia Veloso Torres do Amaral

Fernanda Teixeira Frade Almeida

Maria Luiza Martins Aléssio

Tancredo Maia Filho